

Sociologia como ciência das populações: contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva no Brasil

Carlos Antonio Costa Ribeiro¹

*“Devem exigir que eu procure a
verdade, não que a encontre.”*

Denis Diderot²

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar as contribuições dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva para a constituição de uma perspectiva sociológica que privilegie o estudo das populações no Brasil. Argumentamos que as pesquisas desses autores foram fundamentais para se entender melhor como as desigualdades raciais permaneceram na sociedade brasileira ao longo de seu processo de modernização, justamente porque ambos adotaram uma abordagem que privilegia o estudo das regularidades populacionais que só são passíveis de investigação sociológica a partir de análises estatísticas usando grandes bancos de dados. Em outras palavras, a abordagem adotada possibilitou identificar padrões de regularidade e mudança impossíveis de serem apontados por estratégias heurísticas e metodológicas alheias às dinâmicas populacionais. Também foi fundamental o fato de as pesquisas se filiarem à área de

estudos sobre estratificação e mobilidade social, que privilegia a análise dos fatores relacionados à reprodução e/ou superação das desigualdades ao longo do ciclo de vida dos indivíduos.

Uma marca central da perspectiva sociológica no estudo de populações é a incorporação da variabilidade entre os indivíduos ou coletividades que as compõem. Essa é uma ideia muito simples, que fica evidente quando olhamos para as diferenças físicas, de personalidade ou na história de vida dos indivíduos, ou as distinções entre qualquer outra unidade de análise: famílias, escolas, empresas, cidades, países etc. É fácil chegar à conclusão de que não há dois indivíduos iguais no mundo, assim como não há, por exemplo, duas escolas ou empresas ou países exatamente iguais. Mesmo assim, somos capazes de descrever algumas regularidades nas populações compostas por esses indivíduos ou unidades de análise. As generalizações, no entanto, não são absolutas, na medida em que cada um pode ter uma combinação diferente de algumas dessas características, bem como diversas outras que o façam únicos e singulares. Partindo dessas concepções, o objeto da sociologia seria detectar e descrever

1 Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), e Ph.D. em Sociologia pela Columbia University. E-mail: carloscr@iesp.uerj.br

2 Esta frase foi citada por Nelson do Valle Silva em um seminário organizado em sua homenagem no IESP-UERJ no dia 6 de outubro de 2017. No dia 20 de junho de 2016 também houve um seminário em homenagem a Carlos Hasenbalg. Ambos os seminários podem ser vistos na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <https://bit.ly/2IwctaC>

as regularidades, cada vez mais complexas, encontradas nas populações estudadas e, em seguida, explicar como estas se constituem. Diante da variabilidade fundamental entre os indivíduos ou as unidades, temos que reconhecer o caráter probabilístico dos fatos que descrevemos e explicamos. O raciocínio probabilístico é uma consequência direta do trabalho com a variabilidade e não é uma marca meramente técnica ou metodológica, mas epistemológica, uma vez que toda noção de causalidade implícita nos raciocínios sobre populações incorpora necessariamente a imprevisibilidade e rejeita explicitamente qualquer sugestão determinística como forma cientificamente viável de explicação no âmbito da sociologia e das ciências sociais.

Um exemplo prosaico auxilia na construção do argumento. Pensemos hipoteticamente na população dos sociólogos no Brasil. Provavelmente encontraremos algumas regularidades e muita variabilidade em suas características, tais como renda do trabalho, posição política, tipo de formação acadêmica, tipo de emprego que ocupam, classe social de origem etc. Digamos que haja uma correlação entre ser sociólogo e ter opiniões políticas de esquerda. Assim, haveria uma alta probabilidade de um indivíduo que é sociólogo ter opiniões de esquerda, mas certamente haveria também alguns com opiniões distintas. Enfim, poderíamos estudar regularidades na população de sociólogos, sem deixar de reconhecer a diversidade entre eles.

Adotar essa abordagem da sociologia como ciência das populações foi fundamental para que Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva pudessem alcançar explicações e interpretações inovadoras sobre as desigualdades e as relações raciais. Além disso, também foi importante o fato de suas pesquisas terem se concentrado na área de estratificação social, o que os levou a estudar temas como a mobilidade social, a

industrialização e as mudanças no mercado de trabalho, a desigualdade educacional, a pobreza, os mercados matrimoniais etc. Essa perspectiva populacional, probabilística e temática os levou a estabelecer alguns fatos importantes, como o de que há forte desigualdade racial no acesso e na progressão no sistema educacional brasileiro. Uma vez estabelecidos os fatos (ou regularidades) e as probabilidades relacionadas, torna-se fundamental explicar como esse estado de coisas se mantém. Quais seriam os mecanismos que explicam, por exemplo, essas desigualdades raciais no sistema educacional? A resposta a essa pergunta depende, em grande medida, da proposição de mecanismos causais que devem ser pensados em termos das ações sociais dos indivíduos envolvidos. Hasenbalg e Silva (1988) sugerem que, em termos da desigualdade racial de um modo geral, o principal mecanismo de reprodução é o de acumulação de desvantagens (que incluem discriminação racial, mas não se limitam a esse único mecanismo) por parte dos pretos e pardos ao longo de seus ciclos de vida. Essa acumulação aumenta a *probabilidade* de os indivíduos desses grupos raciais encontrarem mais dificuldades para, por exemplo, progredir no sistema educacional e alcançar melhores empregos.

Essa perspectiva sociológica parte da ideia de que primeiramente é fundamental estabelecer quais são as probabilidades relacionadas às regularidades estabelecidas em análises estatísticas usando grandes bancos de dados de alta qualidade. Em seguida, é necessário buscar explicações usando a ideia de mecanismos causais ou explicativos. Esses procedimentos sempre levam em conta a ideia de que há muita variabilidade entre os indivíduos ou entre quaisquer outras unidades de análise (família, empresa, cidade, país etc.), ou seja, as regularidades encontradas não devem jamais ser pensadas como absolutas,

dada a natureza probabilística de qualquer causalidade passível de ser identificada nas ciências sociais. Por exemplo, quando se diz que pretos tendem a estar sobrerrepresentados entre os pobres, não está se afirmando que ser pobre implica necessariamente ser preto. Há pretos ricos, bem como brancos pobres. No entanto, há uma maior probabilidade de que pretos sejam pobres e brancos sejam ricos. Estabelecer esses tipos de probabilidades, suas tendências e os mecanismos que as explicam seriam os principais objetivos da sociologia pensada como uma ciência das populações.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, explicamos melhor a ideia da sociologia como ciência das populações. A descrição será baseada principalmente no trabalho do sociólogo inglês John Goldthorpe (2016), mas também traremos para o debate outras contribuições e exemplos relevantes. Em seguida, apresentamos resumidamente os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que foram reunidos em quatro livros (HASENBALG; SILVA, 1988, 1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999). Ao final, fazemos um balanço da obra dos autores, enfatizando, por um lado, a importância da perspectiva sociológica que adotam e, por outro lado, propondo uma breve reflexão sobre a relação entre os aspectos políticos e os resultados substantivos de suas pesquisas.

Sociologia como ciência das populações

A abordagem adotada na sociologia, pensada como uma ciência das populações, assemelha-se a um tipo de pensamento que também é comum na teoria evolucionista ou darwinista (LIEBERSON, 1992). Essa

semelhança, no entanto, não está relacionada à ideia de “evolução”, tampouco ao que se convencionou chamar de fundamentos biológicos das atividades humanas (debate *nature versus nurture*). A ideia que se assemelha é justamente a da variabilidade das e nas populações e a necessidade de incorporá-la, principalmente porque, assim como a biologia, a sociologia é uma ciência eminentemente observacional e não experimental. No caso da biologia, o foco é a variabilidade biológica entre os indivíduos de cada espécie, bem como a pluralidade de espécies. Na sociologia tratamos da variabilidade das histórias dos indivíduos e de algumas coletividades, tais como escolas, empresas, países etc. Diante dessa diversidade fundamental, a atividade científica deveria se concentrar na identificação e na explicação das regularidades que surgem no nível populacional. Em outras palavras, a característica comum de tais populações é que, apesar de seus elementos individuais apresentarem incontáveis diferenças entre si e serem aparentemente indeterminados em seu comportamento, elas podem apresentar regularidades de tipo probabilístico em seus níveis agregados.

Em sua apresentação da biologia evolucionista, Ernst Mayr (2001) sugere que esse tipo de “pensamento populacional” se desenvolveu de forma muito explícita em oposição ao “pensamento tipológico”, mais comum na química e na física, caracterizado pelo foco nas propriedades determinísticas e homogêneas das partículas ou dos elementos. Em contraste, na biologia houve um reconhecimento crescente da variabilidade existente entre os indivíduos que compõem as populações de espécies estudadas³. Ao mesmo tempo, o interesse se concentrou, por um lado, nas

3 O “pensamento populacional” de Darwin foi em parte inspirado por Malthus, que era um cientista social (MAYHEW, 2014).

regularidades probabilísticas que ainda podem ser observadas em meio à diversidade e, por outro lado, nos mecanismos através dos quais essas regularidades foram criadas. Esse tipo de “pensamento populacional”, no caso da sociologia, foi veementemente defendido por Otis Dudley Duncan, um dos principais precursores, defensores e também críticos do uso da metodologia quantitativa em sociologia (DUNCAN, 1984, 1992; GOLDTHORPE, 2016; XIE, 2007).

Embora Dudley Duncan fosse um sociólogo estadunidense, não é correto dizer que essa abordagem seja tipicamente norte-americana, como se costuma afirmar no Brasil. Seria também um exagero dizer que o “pensamento populacional” é predominante na sociologia, mas não há dúvidas de que um número cada vez maior de sociólogos no mundo todo vem adotando e desenvolvendo essa perspectiva em suas pesquisas (GOLDTHORPE, 2016). Consequentemente, estruturas bastante complexas de regularidades populacionais estão sendo identificadas e vêm se tornando objeto de explicação sociológica. Por exemplo, há interesse em regularidades não apenas na estabilidade de formas particulares de ação individual e suas consequências em certas populações ou em diferenças entre populações e entre subpopulações, mas também nas mudanças ao longo do tempo – seja em termos de períodos históricos, sucessão de coortes de idade ou ciclo de vida dos indivíduos. Além disso, as regularidades estudadas por sociólogos não se limitam a populações de indivíduos, mas incluem também as localidades micro, meso e macro em que estes se encontram, como redes sociais (*networks*), associações, instituições, cidades, bairros, países etc. Em todos esses casos, no entanto, o estabelecimento das regularidades populacionais nas sociedades humanas depende da coleta e análise de grandes bancos de dados.

De fato, a principal contribuição científica da sociologia baseada em pesquisas populacionais (principalmente *surveys*) e na análise dos dados coletados é, sem dúvidas, sua comprovada capacidade de estabelecer e revelar regularidades que simplesmente não seriam observadas sem o uso da metodologia quantitativa. Por exemplo, usando dados do censo populacional de 1980, Nelson do Valle Silva (1987) revelou algo que não era conhecido sobre os casamentos inter-raciais no Brasil. Os modelos log-lineares usados indicaram que, apesar de haver maior probabilidade de casamentos racialmente homogênicos, os casamentos inter-raciais entre brancos e pardos eram mais prováveis do que os entre brancos e pretos e entre pardos e pretos. Esses resultados foram confirmados em um estudo que mostrou um aumento dos casamentos inter-raciais entre 1960 e 2000 (RIBEIRO; SILVA, 2009). Vale lembrar que esse tipo de regularidade é de cunho probabilístico. Em outras palavras, há uma maior probabilidade de casamentos entre brancos e pardos do que entre pardos e pretos, embora existam diversos casamentos individuais entre todos esses grupos raciais. O estabelecimento das regularidades não deixa de considerar a variabilidade marcada pela singularidade de cada casamento na sociedade brasileira.

De acordo com a abordagem do “pensamento populacional”, o principal objetivo da pesquisa sociológica seria descrever e explicar as regularidades probabilísticas encontradas nas populações, em vez de eventos singulares. Para explicar esse ponto central, Goldthorpe (2016, p. 46) distingue entre “chances essenciais”, que seriam o puro acaso ou a coincidência (a ideia, por exemplo, de que uma pessoa que está no lugar certo na hora certa pode ter algum tipo de vantagem), e “chances operacionais” (ou “probabilidade”), que ocorrem de acordo com os contextos sociais em que os indivíduos se encontram (por exemplo, indivíduos que ficam

mais tempo na rua têm mais chances de serem vítimas de alguns crimes do que indivíduos que raramente saem de casa). Nesse sentido, Goldthorpe (Ibidem, p. 46-47, tradução minha) afirma o seguinte:

Assim, em análises feitas no nível da população – isto é, cobrindo um número relativamente grande de indivíduos – diversos tipos de regularidades probabilísticas na vida social emergem apesar das forças da “chance ou acaso essencial” – embora frequentemente sejam tipos complexos de regularidades que não são imediatamente visíveis. E são então essas regularidades que, sob os auspícios das “chances operacionais”, podem ser tratadas como as *explananda* para as quais explicações sociológicas podem ser apropriadamente procuradas⁴.

Seguindo essa linha de pensamento, não há como negar que a estatística assume um papel fundamental, na medida em que é o meio pelo qual as regularidades populacionais podem ser estabelecidas como os “objetos de estudo” da sociologia. Vale lembrar que a estatística não nega a pluralidade essencial que existe entre os indivíduos ou outras unidades de análise, pelo contrário, ela é uma forma de mapear não só as tendências centrais (com diversas técnicas de análise das estruturas das medidas de tendência central), como também a variabilidade humana em suas diversas formas (o que de certa maneira é levado em conta pelas diversas medidas de dispersão)⁵.

Primordial para o estabelecimento de qualquer análise é uma cuidadosa construção de conceitos. Nesse sentido, nenhuma análise pode estar descolada de técnicas de

mensuração. Em outras palavras, é fundamental e plenamente factível a aplicação de conceitos sociológicos em análises estatísticas na medida em que podem ser expressos por instrumentos de mensuração – classificações, escalas etc. – que tenham algum grau de confiabilidade (*reliability*) e validade (*validity*) (BOHRNSTEDT, 2010). A ideia de confiabilidade define em que medida um instrumento de mensuração, pelo qual um conceito é operacionalizado em uma variável, pode ser usado consistentemente em diferentes situações levando aos resultados esperados. Há vários testes de confiabilidade disponíveis. A ideia de validade é mais complexa, já que envolve diferentes aspectos e existem vários tipos. No entanto, o mais importante, geralmente chamado de “validade do constructo” (*construct validity*), se refere à capacidade de um instrumento mensurar de modo empírico o que ele conceitualmente pretende capturar. O ponto central nessa discussão é que, ainda que se assumam as particularidades epistemológicas da sociologia e sua teorização (a natureza discursiva da teoria, a imprevisibilidade da ação humana), há em última análise uma realidade passível de ser capturada de forma consistente e o arbítrio sobre a “captura” dessa realidade pode ser racional e empiricamente estabelecido com base nos próprios resultados alcançados por diferentes pesquisadores.

Também podemos exemplificar esse ponto com uma discussão sobre classificação racial que, de certa forma, foi iniciada

4 No original: “Thus, in analyses made at the population level – that is, covering relatively large numbers of individuals – probabilistic regularities in social life of many kinds do still emerge despite the pervasiveness of essential chance – though often they are regularities of a complex and not readily visible [...] kind. And it is then these regularities that, under the auspices of operational chances, can be treated as the *explananda* for which sociological explanations may properly be sought”.

5 De certa forma, estou simplificando essa distinção ao afirmar que as regularidades são capturadas por medidas de tendência central, uma vez que medidas de dispersão também podem apresentar regularidade, como é o caso das medidas de desigualdade de renda, que são essencialmente medidas de dispersão.

nos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Em vários artigos, ambos os estudiosos usaram a distinção entre brancos e não brancos (pretos mais pardos) para mensurar as desigualdades raciais. O uso do termo “não branco” foi adotado simplesmente porque na maior parte das análises estatísticas implementadas as diferenças entre pretos e pardos não eram estatisticamente significativas. Não havia qualquer implicação ideológica nessa junção, como nos fazem crer Bourdieu e Wacquant (1999) em um texto bastante equivocado sobre a influência da sociologia norte-americana nas ciências sociais e, em particular, no Brasil. Telles (2003), que estudou importantes aspectos das relações raciais no Brasil, critica veementemente as ideias de Bourdieu e Wacquant (1999), afirmando que não houve dualização ideológica das relações raciais nas pesquisas sociológicas sobre o país. Em outras palavras, ao juntar pretos e pardos, Hasenbalg e Silva não estavam dualizando as relações raciais brasileiras, como nos fazem crer, de forma implícita, os autores franceses – Hasenbalg e Silva não foram nominalmente citados no texto, embora seja feita uma menção a brasileiros que estudaram nos Estados Unidos (BOURDIEU; WACQUANT, 1999). Essa rejeição do dualismo fica clara em outros trabalhos dos autores brasileiros, não apenas nos textos que mostraram a diferença entre pretos e pardos em termos de casamentos inter-raciais, como mencionado (SILVA, 1987), e as tendências de miscigenação (HASENBALG; SILVA; BARCELOS, 1989), mas também pelo fato de terem feito as primeiras análises quantitativas sobre a ambiguidade da classificação de cor ou raça no Brasil (SILVA, 1994, 1996). Nesse último trabalho, Silva (1994) mostra que há uma classificação social da raça no Brasil e que um gradiente de cor poderia ser usado para definir as “raças sociais”, mas também que esse gradiente está fortemente

correlacionado à classificação tricotômica de brancos, pardos e pretos. Além disso, o autor mostra que a categoria “moreno” é intrinsecamente indeterminada, porque pode ser usada tanto para classificar brancos quanto pardos e pretos. Essa linha de análise iniciada por Silva (1994, 1996) recuperava uma longa tradição de estudos sociológicos iniciada com os trabalhos de Oracy Nogueira (1998), que pretendia definir de forma adequada o conceito de raça tal como se expressava no Brasil e que certamente era diferente do que ocorria nos Estados Unidos. Além disso, Silva (1994, 1996) antecipou diversos trabalhos que foram desenvolvidos mais recentemente sobre a classificação racial no Brasil e em outros lugares do mundo (MUNIZ, 2010, 2012; RIBEIRO, 2017; SCHWARTZMAN, 2007; TELLES, 2014). Apesar dessa tendência a uma classificação contínua da cor ou raça, Silva (1994) sugere que a variável tricotômica é “confiável” e “válida” na maioria dos casos, tendo em vista que está fortemente correlacionada à classificação contínua de cor da pele – Telles (2014) confirma essa ideia em estudo comparativo, assim como Loveman, Muniz e Bailey (2012) em análises recentes. Em suma, as análises quantitativas estão em pleno diálogo com os esforços sociológicos, buscando definir corretamente conceitos analíticos adequados para entender as relações sociais.

Tendo em vista que as análises estatísticas são fundamentais para estabelecer as regularidades populacionais, é necessário bastante rigor na escolha de métodos de coleta e análise de dados. Os sociólogos tiveram papel ativo e contribuíram de forma decisiva não só para a elaboração de várias técnicas de coleta de dados – como as amostras probabilísticas (KISH, 1965; PLATT, 1996) – e de construção de instrumentos de coleta em entrevistas e questionários (PLATT, 1996), como também na formulação de métodos estatísticos de análise de dados

(CLOGG, 1992) – como, por exemplo, os modelos log-lineares (GOODMAN, 1984). Normalmente os críticos ao uso de métodos estatísticos em sociologia, que costumam definir essa abordagem, pejorativamente como “positivista”, não são capazes de perceber que os principais críticos ao uso dessas técnicas são justamente aqueles que as usam. Em termos de construção de bancos de dados, há uma constante preocupação tanto com a coleta – que deveria ser feita principalmente por meio de técnicas de amostragem probabilística (frequentemente encontramos dados quantitativos que não são coletados dessa forma, por exemplo diversas pesquisas eleitorais que usam técnicas de amostragem por cotas) – quanto com a elaboração de instrumentos de coleta, que devem considerar aspectos desde a formulação de perguntas até a preocupação com a influência da interação entre entrevistadores e entrevistados na qualidade dos dados obtidos. Essas preocupações são constantes e certamente são levadas em conta por bons pesquisadores que adotam a perspectiva da metodologia quantitativa nas ciências sociais.

Os métodos de análise, por sua vez, devem ser capazes de expressar corretamente os padrões e as tendências das regularidades populacionais que a sociologia enquanto ciência das populações visa descrever e explicar; levar em conta a variabilidade essencial existente entre as unidades de análise (indivíduos, famílias, escolas etc.) e respeitar a métrica de mensuração das variáveis (que podem ser intervalares, nominais, ordinais). Cabe mencionar que a combinação entre métodos quantitativos e qualitativos pode ser feita justamente a partir das regularidades encontradas pelas análises quantitativas da seguinte forma: unidades próximas (valores

preditos) e distantes (*outliers*) das regularidades descritas pelos métodos estatísticos poderiam ser escolhidas como foco de investigação qualitativa, o que contribuiria para um entendimento mais amplo do fenômeno estudado e para a reformulação de análises quantitativas posteriores⁶. Assim, a crítica aos métodos quantitativos não deveria ser feita em termos de uma contraposição aos métodos qualitativos. Na realidade, ambos podem e devem ser complementares. Outro exemplo de estudo qualitativo que dialoga com o trabalho de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva é o de Silva e Leão (2012) sobre a exploração das fronteiras simbólicas da identidade racial dos brasileiros pardos.

Uma objeção que me parece mais relevante foi levantada, entre outras, por Abbott (1992). Segundo esse autor, muitos trabalhos quantitativos perdem de vista as interações e ações entre os indivíduos que, em última instância, compõem a vida social. Ou seja, muitos estudos quantitativos passam a ideia de que são as variáveis que estão atuando e não os indivíduos. Por exemplo, ao dizer que o “grau de escolaridade” está correlacionado à “renda do trabalho” (quanto maior a educação maior a renda), o pesquisador passa incorretamente a ideia de que a escolaridade está “agindo” para aumentar a “renda”. Obviamente não é esse o raciocínio como mostraremos. É importante entender os mecanismos, no nível da ação e interação entre os indivíduos, que explicam a correlação entre educação e renda, bem como qualquer outra regularidade encontrada. A crítica, no entanto, é fundamental e deveria ser levada a sério por pesquisadores usando métodos quantitativos.

Como vimos insistindo, o principal objetivo do uso de métodos quantitativos

6 Para um exemplo, cf. Ribeiro (1995).

é descrever as regularidades probabilísticas no nível populacional, o que Robert Merton (1987, p. 2-6, tradução minha) chamou de “estabelecendo os fatos”⁷. Para tanto, uma série de métodos estatísticos cada vez mais complexos e sofisticados vem sendo utilizada na sociologia contemporânea. Podemos citar, por exemplo, o uso de modelos lineares hierárquicos que foram desenvolvidos para diferenciar o efeito das características das escolas do efeito das características dos alunos e de suas famílias em seu desempenho acadêmico (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Essa metodologia, assim como diversas outras, foi desenvolvida especificamente para tratar de um problema sociológico identificado em trabalhos anteriores na sociologia da educação (COLEMAN et al, 1966). Além disso, precisamos estar atentos para diferentes formas de usar e interpretar os resultados obtidos a partir de técnicas estatísticas.

Um exemplo importante é nada menos do que o uso da regressão linear múltipla – e, de modo mais geral, dos modelos lineares generalizados –, que é a técnica mais usada nas ciências sociais, e a partir da qual diversas outras são derivadas. O sociólogo Yu Xie (2007) explica que, embora a técnica seja exatamente a mesma, é possível utilizá-la de dois modos diferentes. O primeiro, que denomina concepção gaussiana da regressão, tem o objetivo de estabelecer relações causais – expressando leis gerais – entre variáveis independentes e dependentes, e os desvios das observações individuais dessa relação causal (o termo de erro da regressão) são tratados como erro de mensuração, ou simplesmente como ruído indesejado⁸. A segunda abordagem, chamada de concepção galtoniana da

regressão, é associada ao “pensamento populacional” desenvolvido, primordialmente, nos trabalhos de Otis Dudley Duncan. Nesse caso, o objetivo das regressões não é determinar relações causais, mas produzir descrições parcimoniosas da variabilidade populacional em termos das associações ou resultados em jogo nas análises. Nessa perspectiva, as análises se concentram no componente sistemático das regressões, ou seja, na variabilidade que ocorre entre os grupos de interesse sociológico, definidos pelas variáveis independentes das análises. Ao mesmo tempo, o termo de erro das equações é visto como um reflexo da variabilidade interna aos grupos, além de representar o erro de mensuração *stricto sensu*. Embora as análises devam diminuir essa variabilidade interna a partir do uso de outras variáveis independentes teoricamente relevantes, devemos aceitar que a variabilidade individual dentro dos grupos sempre será substancial.

Em um livro em que apresenta o uso de modelos de equações estruturais na sociologia, Duncan (1975, p. 166-167) afirma que embora seja importante identificar os aspectos institucionais e estruturais das sociedades que modificam a variabilidade em diversas características individuais, estas sempre serão mais numerosas. Ou seja, mesmo que sejamos capazes de identificar tendências gerais, as características que tornam singulares as histórias e personalidades de cada um sempre serão muito mais numerosas do que esses aspectos estruturais que diminuem as diferenças entre os indivíduos. Duncan vai adiante e afirma que seria horrível viver em uma sociedade na qual a vida das pessoas fosse totalmente determinada por características

7 No original: “establishing the phenomena”.

8 Em sua tese de doutorado, Barbosa (2018) argumenta que o modelo econômico do capital humano desenvolvido por Mincer é partidário dessa abordagem “gaussiana”.

estruturais e institucionais – para usar uma linguagem estatística, seria horrível viver em uma sociedade em que o R^2 das regressões fosse de 95% ao invés de 30% ou 35%. Por exemplo, pessoas cujos pais eram das classes baixas têm menos chances de mobilidade ascendente do que pessoas com origens de classes mais altas, mas tendo em vista que os indivíduos são diferentes em diversos outros aspectos além da classe social da família de origem, sempre encontraremos algumas pessoas mais pobres que experimentaram grande mobilidade ascendente. Felizmente, não há sociedades totalmente determinísticas, fato amplamente reconhecido pelo “pensamento populacional” e negligenciado pelo “pensamento tipológico”. Parece-nos que é exatamente por serem determinísticas que as interpretações “holísticas” ou “tipológicas” do mundo social tendam a ser mais sedutoras, embora de fato sejam limitadas e simplistas, para não dizer erradas. Em suma, o fundamental aqui é reconhecer que as técnicas de regressão linear, bem como diversos outros métodos estatísticos, interpretadas de acordo com a concepção galtoniana, são centrais para avançarem o conhecimento e a perspectiva do “pensamento populacional” na sociologia⁹.

Embora as regressões lineares (e outros métodos estatísticos relacionados) sejam úteis para estabelecer regularidades, elas não podem ser diretamente usadas para desenvolver explicações causais, porque se não levarem em conta todas as variáveis de alguma forma relacionadas, tanto às outras independentes quanto às dependentes, haverá vieses que impossibilitam a definição da causalidade. Além disso, frequentemente nem sabemos se há outros fatores importantes. Esse é apenas um dos diversos problemas que invalidam o uso

das regressões para a definição de relações causais. Apesar dessas limitações, há obviamente interesse sociológico em definir as causas das regularidades que venham a ser estabelecidas.

Do ponto de vista puramente estatístico, a definição da causalidade depende de um experimento em que dois grupos são comparados: um de tratamento (ou experimental) e outro de controle. Em sociologia também podemos definir experimentos em pesquisas especialmente desenhadas para tanto ou, alternativamente, podemos tirar vantagem de experimentos ou quase-experimentos que ocorrem “naturalmente” nas sociedades. No entanto, na maioria das pesquisas essas abordagens são inviáveis na medida em que os dados geralmente não são obtidos de forma “experimental”, mas sim de maneira “observacional”, ou seja, são amostras de populações em que o pesquisador não faz qualquer tipo de manipulação controlada das variáveis. Uma alternativa defendida por uma série de sociólogos (que será apresentada posteriormente) é formular mecanismos causais de explicação que sejam válidos ao nível dos indivíduos e/ou das interações sociais. A seguir, explicaremos brevemente as duas abordagens sobre causalidade: a experimental e a que utiliza a ideia de mecanismos.

Qualquer explicação causal, mesmo partindo de experimentos, implica um contrafactual, ou seja, faz referência a algo que não ocorreu. Por exemplo, quando dizemos que uma pessoa chegou atrasada porque perdeu o ônibus, estamos implicitamente dizendo que se não tivesse perdido o ônibus, não teria se atrasado, ou seja, referenciamos a algo que não ocorreu, um contrafactual. Essa lógica é válida para qualquer experimento, mesmo nas ciências

9 Para uma analogia entre os métodos de regressão e algumas formas de análise qualitativa em sociologia histórica, cf. Stinchcombe (2005).

naturais. Por isso, devemos falar em “efeito causal médio” (*average treatment effect*, entre outras variações do termo), que é a diferença média encontrada em uma variável dependente (ou *outcome*) entre as unidades selecionadas aleatoriamente para dois grupos, um de tratamento e outro de controle. São essas as diferenças de resultados quantificadas para que o cálculo do “efeito causal médio” – a causalidade é pensada em termos da média, tendo em vista que cada unidade foi ou não afetada pelo tratamento. O “efeito causal” é entendido como o resultado de uma intervenção que altera a variável dependente, ou como usualmente se diz na literatura, de um “tratamento” (*treatment*). Nas palavras de Holland (1986, p. 958, tradução minha): “não há causalidade sem manipulação”¹⁰.

Um enorme número de técnicas estatísticas vem sendo desenvolvido nesse campo de estudos (conhecido como *potential outcome approach*) não só no que diz respeito ao desenho de experimentos (denominados de *randomised controlled trials*, RTC), como também para dados observacionais que não foram coletados de forma adequada para experimentos (ROSENBAUM, 1987, 2002)¹¹.

Em sociologia, o principal trabalho que advoga em favor dessas técnicas é o livro de Morgan e Winship (2007)¹², que na verdade é útil para diversos tipos de pesquisa, mesmo

qualitativas, nas ciências sociais. Essa abordagem no entanto é mais relevante e útil para avaliar intervenções¹³ do que para explicar regularidades normalmente encontradas em nível populacional¹⁴. Além disso, mesmo que uma explicação causal sobre o efeito de determinada intervenção (uma nova técnica de ensino, por exemplo) seja comprovada, a abordagem dos experimentos controlados não dá informações sobre como a intervenção funcionou na ação e na interação (entre alunos e professores, por exemplo). Em outras palavras, não há uma explicação em relação aos mecanismos que geram o efeito causal. Finalmente, também devemos ficar atentos para o fato de que os efeitos causais detectados por vezes são limitados a pequenas partes da população que foram expostas a algum tipo de intervenção e que, do ponto de vista demográfico, permanecem de certa forma restritas. A despeito dessas limitações, não há dúvidas de que essa abordagem deveria ser mais estudada e usada em estudos sociológicos. No Brasil, em particular, há pouquíssimo uso de tais técnicas nas ciências sociais, embora a nosso ver esse tipo de pesquisa devesse ser estimulado em nossa comunidade acadêmica. Afinal de contas, saber que algum tipo de política pública, por exemplo, tem probabilidades altas de ser eficiente é melhor do que não saber ou do que apenas ter uma opinião sobre a eficiência.

10 No original: “no causation without manipulation”.

11 Para um exemplo sobre o efeito da “riqueza” na mobilidade social no Brasil, cf. Torche e Ribeiro (2012).

12 Para uma introdução a diversas destas técnicas em estudos econométricos, cf. Angrist e Pischke (2015).

13 Esse tipo de abordagem deveria ser usado mais frequentemente para avaliar políticas públicas, o que quase não é feito no Brasil. Sobre esses métodos, cf. o excelente livro de Cano (2002).

14 Outra limitação, que também é uma vantagem em alguns casos, é que ao focalizar intervenções específicas, não é possível desvendar as causas mais amplas. Por exemplo, Cohen e Dupas (2010) mostram, em um estudo experimental, que doar uma rede de proteção contra mosquitos é mais eficiente na prevenção de doenças tropicais do que vendê-la por preços módicos (como era defendido em estudos anteriores). No entanto, a causa maior da propagação dessas doenças pode ser a pobreza e o pouco desenvolvimento do país (no caso o Quênia), que são consequências de uma desigualdade entre países provavelmente oriunda do colonialismo e de outras formas de dominação mais amplas.

Essa linha de análises através de desenhos experimentais de pesquisa não é a única alternativa para explicações causais, embora seja a estatisticamente mais rigorosa. Há um grupo bastante diversificado de autores nas ciências sociais (GOLDTHORPE, 2016; HEDSTRÖM, 2005; HEDSTRÖM; BEARMAN, 2009; HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998) defendendo a explicação a partir do uso de mecanismos sociais. Na introdução de uma coletânea sobre sociologia analítica, Hedström e Bearman (2009) se filiam à tradição sociológica iniciada por Robert Merton, com sua *Theory of the Middle Range*, para afirmarem que o objetivo da explicação via mecanismos causais é tornar inteligíveis as regularidades observadas a partir da especificação detalhada de como surgiram. É importante ter em mente que essas explicações não envolvem necessariamente novas técnicas, e são de caráter predominantemente teórico e sociológico – embora também haja técnicas de simulação que podem ser empregadas para avaliar a plausibilidade dessas explicações (referimo-nos aqui a simulações do tipo *agent based*)¹⁵. De fato, podemos defini-las como “narrativas gerais das ações e interações” subjacentes às regularidades que queremos explicar. Essas narrativas devem ser adequadas às regularidades que pretendam explicar, e também devem ser passíveis de testes empíricos. Alguns autores defendem uma perspectiva que focalize principalmente as decisões racionais dos indivíduos em determinados contextos sociais (*bounded rationality*) – como Breen e Goldthorpe (1997) –, enquanto outros abrem espaço para explicações mais relacionais envolvendo redes sociais (*networks*) e outros mecanismos que possam ser compilados no que Elster chamou

de *toolbox of mechanisms – nuts and bolts, cogs and wheels* (ELSTER, 1989; HEDSTRÖM; BEARMAN, 2009). Em ambos os casos, no entanto, as explicações devem ser dadas a partir da ação e das interações entre indivíduos, o que Elster (1989) e Coleman (1990) chamam de microfundações das explicações sociológicas.

Uma vez identificadas as regularidades e formuladas as narrativas definindo os mecanismos causais a partir da ação e da interação dos indivíduos, Goldthorpe (2016, p. 119-121) sugere algumas estratégias para verificar se as explicações são realmente relevantes. A primeira seria a observação em estudos de caso bem elaborados e conduzidos, ou seja, pesquisas qualitativas que considerem as regularidades encontradas nas análises quantitativas. A segunda seria de uma espécie de observação indireta, em que o mecanismo descrito implicaria outras regularidades, que se fossem observadas nos dariam mais certeza de sua validade. A terceira, finalmente, seria a formulação de experimentos que colocassem em prova as hipóteses levantadas nas narrativas dos mecanismos que o pesquisador usou para explicar as regularidades populacionais. Uma quarta estratégia, que não foi levantada por Goldthorpe (2016), mas que também vem se mostrando interessante, é o uso de simulações com base nos mecanismos causais propostos (HEDSTRÖM, 2005).

Essa breve descrição da perspectiva sociológica pensada como uma ciência das populações teve o objetivo de apresentar aos leitores uma abordagem cada vez mais adotada por um grande número de pesquisadores em vários países. Não acreditamos que essa perspectiva tenha colorações nacionais, embora pareça ser mais comum em países europeus, na América

15 Um clássico nessa área é Schelling (1978), mas há uma imensa literatura seguindo essa linha. Para sugestões de literatura e de material na internet, cf. as entrevistas de Jerônimo Muniz e Nelson do Valle Silva em Bachini e Chicarino (2018).

do Norte e na Ásia. Também há, no entanto, vários grupos de pesquisa na América Latina seguindo essa linha, e no Brasil, em particular, há um crescente número de sociólogos fazendo pesquisas quantitativas altamente relevantes, bem como demógrafos com estudos de cunho sociológico – principalmente no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM)¹⁶.

Dois dos precursores desse tipo de sociologia no Brasil foram Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, cujas contribuições descrevemos a seguir.

A sociologia de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva

Os sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva trabalharam juntos durante 25 anos, desde o início da década de 1980 até meados da década de 2000. Argumentamos que, ao longo desse período, desenvolveram pesquisas que se filiam ao que chamamos de sociologia como ciência das populações.

Seus artigos foram publicados em diversas revistas acadêmicas e coletâneas, e também foram reunidos em quatro livros (HASENBALG; SILVA, 1988, 1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999). Muitos desses trabalhos foram feitos em co-autoria, enquanto outros, escritos por apenas um dos dois, faziam parte de uma agenda de pesquisas comum, na qual parece ter havido uma divisão de trabalho – ou seja, trabalhavam em temas separados, mas complementares. É muito raro encontrar colaborações tão duradouras e, nesse caso, parece que isso foi possível tanto por interesses comuns e por pertencerem à mesma instituição (o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio

de Janeiro – Iuperj, atualmente Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Iesp) quanto pela amizade entre os dois.

De fato, a colaboração começou depois que ambos terminaram o doutorado e começaram a trabalhar no Iuperj. Carlos Hasenbalg defendeu sua tese em 1979 no departamento de sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, sendo orientado por Robert Blauner (que escreveu importantes trabalhos sobre as relações raciais nos EUA) e tendo Arthur Stinchcombe (que fez importantes contribuições à sociologia econômica e histórica) como membro do comitê de tese. O trabalho, publicado como livro no mesmo ano (HASENBALG, 1979), apresenta o resultado de uma pesquisa de fôlego sobre as interpretações históricas e sociológicas da escravidão no Brasil, bem como reúne análise de pesquisas de opinião (*survey*) e interpretações sobre a manutenção das desigualdades e da discriminação racial no Brasil no período pós-abolição, em que ocorreu a industrialização do país. Seu estudo se filia ao que se convencionou chamar de “sociologia histórica” – em fase de crescente ascensão na época –, mas também se concentra na análise da situação geográfica e econômica das populações brancas, pardas e pretas. A tese principal foi formulada em oposição à ideia de Florestan Fernandes (1965) de que a discriminação e as desigualdades raciais eram apenas uma reminiscência da escravidão e desapareceriam com a ampliação das desigualdades de classe na sociedade burguesa industrial. Hasenbalg (1979) mostra que essas disparidades raciais permaneceram sendo reafirmadas e perpetuadas na sociedade industrial moderna que se constituía gradativamente no Brasil. Essa ideia fundamental também inspirou a tese de doutorado de

16 Cf. a entrevista de Jerônimo Muniz em Bachini e Chicarino (2018).

Nelson do Valle Silva, que havia lido um artigo de Hasenbalg e resolveu analisar empiricamente a hipótese. Hasenbalg (1979) comprovou sua hipótese principalmente analisando a situação geográfica de pretos e pardos que se concentravam nas áreas mais pobres do país. Além disso, o autor afirma e mostra, a partir da análise de dados sobre mobilidade social, que a desigualdade racial se reproduzia na sociedade contemporânea.

Nelson do Valle Silva defendeu sua tese um ano antes, em 1978, na Universidade de Michigan, onde a princípio pretendia estudar com Otis Dudley Duncan, mas acabou sendo orientado por William Mason porque o primeiro se transferiu para outra universidade pouco depois da chegada do brasileiro. Mason é um sociólogo e metodólogo bastante conhecido nos Estados Unidos, que orientou alguns trabalhos importantes na área de estratificação social, como o doutorado de Robert Mare – que veio a desempenhar um papel central nas áreas de sociologia e demografia nos Estados Unidos (HAUSER, 2017). O trabalho de Valle Silva usou o Censo de 1960 e analisou as disparidades raciais em termos da desigualdade de renda mostrando, pela primeira vez com dados agregados de alta qualidade, que havia forte desigualdade racial.

O encontro dos pesquisadores no início da década de 1980, logo depois da defesa de suas teses, culminou no início de uma frutífera colaboração. Outro fato fundamental foi a disponibilidade de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contendo informações sobre cor/raça, bem como sobre diversos outros temas. Em particular, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976, que havia coletado em seu suplemento informações

relevantes sobre raça, mobilidade e outros aspectos do mercado de trabalho e da escolaridade dos respondentes, visava particularmente avaliar a relevância dos dados sobre raça que não haviam sido coletados no Censo de 1970¹⁷.

Como consequência dos resultados da PNAD de 1976, o Censo do IBGE passou a coletar as informações sobre raça a partir de 1980. Além disso, a PNAD de 1973 havia coletado dados de mobilidade social por sugestão do sociólogo paulista José Pastore, que havia concluído seu doutorado orientado por Archibald Haller, outro autor importante na área de estratificação social e professor da Universidade de Wisconsin, em Madison. Pastore publicou seu livro sobre mobilidade social em 1979 (PASTORE, 1979). Em suma, além do interesse em comum sobre o tema das relações raciais e da expertise metodológica, Valle Silva e Hasenbalg tiveram a sorte de ter acesso a grandes bancos de dados de altíssima qualidade assim que começaram a colaborar. Nas palavras de Merton (1987), os pesquisadores se encontravam diante de *strategic research materials*, informações que abrem fronteiras totalmente novas para a pesquisa em determinada ciência. Pela primeira vez, a sociologia brasileira tinha à disposição dados de tal qualidade, e podia portanto responder a perguntas importantes sem se valer apenas da interpretação ensaística ou de pesquisas qualitativas. Assim, iniciava-se a tradição da sociologia como ciência das populações no Brasil.

As contribuições de Hasenbalg e Valle Silva se deram principalmente por sua filiação aos estudos de estratificação e mobilidade social, que é internacionalmente reconhecida como uma das principais áreas

17 Para uma explicação desmistificadora dessa ausência dos dados sobre raça no Censo de 1970, cf. a entrevista de Nelson do Valle Silva em Barbosa et al. (2013).

de pesquisa empírica quantitativa na sociologia. Assim, os trabalhos que publicaram nos quatro livros mencionados (HASENBALG; SILVA, 1988, 1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) seguem um esquema analítico desenhado para estudar a reprodução e/ou superação das desigualdades ao longo dos ciclos de vida dos indivíduos e dos períodos históricos. No que diz respeito aos ciclos de vida, o esquema parte das origens familiares dos indivíduos e os segue ao longo de diversas etapas da vida, desde a infância, passando pela escolaridade, pela entrada no mercado de trabalho, escolha conjugal, formação de uma nova família, culminando em sua situação econômica, social e cultural na vida adulta. Nesse processo, os capitais econômico, social e cultural desempenham papel central nas chances desiguais de mobilidade social. Em termos dos períodos históricos, a principal preocupação se volta aos efeitos do avanço da sociedade capitalista (industrialização, urbanização etc.) nas condições socioeconômicas das populações de homens, mulheres, brancos, pardos, pretos e outros grupos sociologicamente relevantes. Em todos os casos, as análises empíricas são os parâmetros que guiam a compreensão dos processos de mudança. Nesse sentido, classificamos os diversos artigos reunidos nos quatro livros (HASENBALG; SILVA, 1988, 1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) em temas claramente centrais da área de estratificação e mobilidade social e que seguem o esquema analítico mencionado: (1) industrialização e mudança social; (2) origens sociais; (3) desigualdade de renda e pobreza; (4) seletividade marital e miscigenação; (5) estratificação educacional; e (6)

mobilidade social. A seguir descrevemos as contribuições em cada um deles.

Industrialização e mudança social

O primeiro artigo em que Hasenbalg e Valle Silva colaboraram foi “Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-1980” (HASENBALG; SILVA, 1988), que foi preparado para um seminário realizado em 1983. Esse trabalho faz uso da PNAD de 1973 e dos Censos de 1960, 1970 e 1980 para analisar as enormes mudanças na estrutura de emprego e mobilidade social ocorridas no período de mais rápida industrialização na história brasileira. Seu foco é a distribuição da população em diferentes grupos ocupacionais e de renda, bem como a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e nas desigualdades, particularmente a racial, presentes nesse período. Os autores concluem que o período foi marcado por um aumento das relações de trabalho capitalistas, principalmente pela expansão do setor industrial e o encolhimento do rural; por forte mobilidade intergeracional estrutural, ou seja, a mobilidade induzida pelas mudanças na estrutura ocupacional entre as gerações de pais e filhos adultos indica que este processo talvez tenha sido um dos mais intensos em todo o mundo; pela expansão da participação feminina no mercado de trabalho; e pelo aumento considerável da desigualdade social. As conclusões desse trabalho foram confirmadas e ampliadas para novas décadas em Ribeiro (2007) e Silva (2008). Finalmente, cabe ressaltar que o foco foi principalmente nas mudanças na estrutura ocupacional, que sempre foram um tema caro à sociologia quantitativa.

Em outros dois textos, Carlos Hasenbalg¹⁸ analisou o tema da industrialização e, mais especificamente, as desvantagens que os negros sofreram ao longo do processo no Brasil. Nesses textos, Hasenbalg também voltou a desenvolver estudos históricos que marcaram sua formação e tese de doutorado. Ambos os artigos se valem de alguns trabalhos históricos – dos diversos Censos brasileiros, cujas tabulações estão disponíveis para o período de 1890 a 1950, e da PNAD de 1987 – para mostrar que a proletarianização da população negra foi tardia, e que houve manutenção da desigualdade racial ao longo de todo o período. A forte imigração europeia no início do século XX foi absorvida como mão de obra proletária, principalmente em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e na região Sul, enquanto os negros foram relegados a posições de trabalho doméstico ou em outros precários, além de terem se concentrado nas regiões mais pobres do país, no Norte e Nordeste. Assim, a dinâmica populacional e as políticas de Estado (em termos de imigração, entre outras) fizeram com que a população negra não fosse capaz de aproveitar as novas oportunidades que surgiam com a industrialização. Em suma, Hasenbalg formula sua famosa hipótese de que a desigualdade racial foi reproduzida ao longo do período de industrialização e não pode ser explicada simplesmente por uma herança da sociedade escravista, como sugeria Florestan Fernandes (1965).

O tema dos efeitos da industrialização na estratificação social sempre foi central nos estudos sociológicos. A teoria da modernidade preconizava uma crescente diminuição da desigualdade de condições e oportunidades com o avanço da sociedade industrial. O pressuposto de eficiência burocrática e

tecnológica desse tipo de sociedade tornaria necessária a alocação dos indivíduos às posições na estrutura de estratificação levando em conta apenas suas capacidades e não sua origem de classe, raça ou gênero (TREIMAN, 1970). Várias teorias e críticas posteriores mostraram a limitação dessa abordagem na medida em que as desigualdades foram mantidas mesmo nas sociedades industriais mais avançadas¹⁹.

Os trabalhos de Hasenbalg e Valle Silva revelam que essa continuidade nas desigualdades raciais foi mantida ao longo do processo de industrialização no Brasil.

Origens sociais e classificação da estrutura ocupacional

O tema do efeito das origens de classe social, mais especificamente das características das famílias de origem, nas chances de vida dos indivíduos está presente em vários trabalhos de Hasenbalg e Valle Silva. De fato, a perspectiva sociológica de estudos sobre desigualdades sociais sempre se preocupou com a reprodução intergeracional. Nesta seção, no entanto, apresentamos brevemente três trabalhos mais diretamente relacionados ao tema publicados pelos autores em 2003, embora diversos outros textos que discutiremos posteriormente sejam igualmente relevantes. Abordaremos também o esquema de classificação ocupacional geralmente usado nas pesquisas de Hasenbalg e Silva.

No primeiro capítulo do livro *Origens e destinos* (HASENBALG; SILVA, 2003), Nelson do Valle Silva descreve o os esquemas analítico e de classes usados na pesquisa. O primeiro é basicamente aquele descrito anteriormente, presente em diversos outros

18 “O negro na indústria: proletarianização tardia e desigual” em Hasenbalg e Silva (1992), e “Desigualdades raciais no Brasil” em Hasenbalg e Silva (1988), este originalmente publicado em 1977.

19 Cf. Goldthorpe (1985).

trabalhos de ambos, ou seja, é um esquema que visa estudar a desigualdade nas diferentes fases do ciclo de vida dos indivíduos. O segundo esquema também já havia sido utilizado – na verdade, sua primeira versão foi apresentada em um artigo não publicado (SILVA, 1992), e já se encontrava em outros trabalhos, como o de Scalón (1999) e, de forma ligeiramente modificada para permitir comparações internacionais, o de Ribeiro (2007). Recentemente o esquema também foi usado por Reis (2017). Nessa classificação ocupacional, 16 grupos são distinguidos: (1) profissionais liberais; (2) dirigentes; (3) proprietários empregadores; (4) outros profissionais universitários; (5) supervisores do trabalho manual; (6) ocupações técnicas e artísticas; (7) empresários por conta própria; (8) ocupações não manuais de rotina; (9) trabalhadores da indústria moderna; (10) trabalhadores dos serviços gerais; (11) vendedores ambulantes; (12) trabalhadores da indústria tradicional; (13) trabalhadores dos serviços manuais; (14) trabalhadores dos serviços domésticos; (15) proprietários empregadores rurais; e (16) trabalhadores rurais. Embora outros esquemas de classe ou ocupacionais tenham sido usados na sociologia brasileira, há forte correlação entre todos eles e o esquema proposto por Nelson do Valle Silva (CARDOSO; PRETECEILLE, 2017; SANTOS, 2002). A principal vantagem deste é que ele permite classificar os dados brasileiros tanto para as ocupações dos pais (obtidas a partir de questões retrospectivas sobre sua ocupação) quanto para as dos respondentes das pesquisas, ao passo que outros esquemas não podem classificar as ocupações dos pais por usarem outras variáveis dos bancos de dados (CARDOSO; PRETECEILLE, 2017; SANTOS, 2002). Pensamos que todos os esquemas são igualmente bons e ruins, sendo adequados para diferentes tipos de análises.

De qualquer forma, Carvalhaes (2015) fez o único trabalho que conhecemos testando

a *confiabilidade* e a *validade* do esquema de classificação ocupacional usado em Ribeiro (2007). A partir dessa metodologia, a sociologia brasileira mapeou algumas regularidades populacionais importantes, como a expansão das ocupações urbanas e o encolhimento das rurais, e a divisão de trabalho entre homens e mulheres em diferentes tipos de ocupação. É importante notar que essas regularidades não são específicas de nossa sociedade, embora as mudanças no Brasil pareçam ser mais recentes.

Nos dois capítulos seguintes do livro (HASENBALG; SILVA, 2003), Hasenbalg analisa as características das famílias brasileiras e a situação das crianças usando dados das PNAD de 1981, 1990 e 1999, descrevendo algumas tendências importantes das décadas de 1980 e 1990. Entre estas tendências se destacam a diminuição do número de filhos nas famílias e o aumento do nível educacional dos adultos ao longo das coortes de idade (que certamente afetaram positivamente as condições de vida das gerações seguintes), e a diminuição da desigualdade racial e de gênero (embora essas permaneçam importantes). Analisando a situação das crianças de 5 e 6 anos nas décadas de 1980 e 1990, Hasenbalg (Ibidem) indica algumas melhoras, como a expansão dos percentuais de crianças com acesso a creches, e situações mais difíceis, como o aumento da proporção de crianças em famílias contando apenas com a presença das mães.

Nesses três trabalhos os autores se limitam a descrever algumas regularidades e tendências da estratificação social acerca das estruturas ocupacional e familiar brasileiras, não buscando entretanto desvendar os mecanismos causais mais gerais. As pesquisas sobre a estrutura familiar e as condições de vida na primeira infância são cada vez mais proeminentes nos estudos de estratificação social (ALMOND; CURRIE, 2011), configurando-se como um campo fértil para trabalhos sociológicos futuros.

Desigualdade de renda e pobreza

Os temas da desigualdade de renda e da pobreza são frequentemente citados em trabalhos ensaísticos sobre o Brasil, embora a contribuição da sociologia brasileira seja limitada nessa área quando comparada, por exemplo, às da economia. Os sociólogos brasileiros frequentemente declaram que o Brasil tem muitos pobres e é muito desigual, para em seguida proporem suas interpretações ensaísticas mirabolantes sobre as causas dessa situação – interpretações em geral erradas na medida em que desprezam as análises empíricas. Um exemplo típico é o trabalho de Jessé Souza (2006), que insiste em desqualificar, sem argumento ou evidência razoável, as pesquisas sobre desigualdade de renda. Seu estudo é um exemplo de pensamento “tipológico” ou “holístico”, que pensa o mundo social de forma completamente determinística, ou seja, não reconhecendo a variabilidade fundamental que o caracteriza. Como os leitores podem perceber, não simpatizamos com esse tipo de abordagem, que certamente não é a de Carlos Hasenbalg e de Nelson do Valle Silva, tendo em vista que ambos os pesquisadores contribuíram com trabalhos empíricos importantes sobre esses temas e são representantes do pensamento populacional – que embora pareça menos sedutor que o tipológico, seguramente é mais preciso e sutil.

No texto “Os deserdados do milagre” (HASENBALG; SILVA, 1988), Silva cita pesquisas que indicam queda bastante acentuada da pobreza nas décadas de 1970 e 1980. Em seguida, parte para análise detalhada das características dos pobres e miseráveis em 1985. O trabalho revela que as condições ainda eram de muito desamparo a despeito das enormes mudanças das décadas anteriores. Alguns anos mais tarde, Silva (1992) escreveu outro artigo, usando então os dados da PNAD de 1988

sobre as chances de os indivíduos estarem na situação de pobreza, trabalho que foi pioneiro por ser uma das primeiras publicações brasileiras a mostrar que pardos e pretos tinham mais chance de estar em situação de pobreza do que brancos. Usando uma regressão logística e diversas variáveis de controle, as análises indicaram que pardos e principalmente pretos têm chances muito maiores do que brancos de se encontrarem em tal situação, regularidade essa que permanece na sociedade brasileira atual. De fato, Hasenbalg (HASENBALG; SILVA, 2003) mostrou que em 1999 cerca de 62,5% dos pobres ainda eram não brancos (pretos e pardos).

Em outro artigo, Silva (HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) mostrou que as desigualdades raciais estão presentes em todo o processo de estratificação, inclusive no acesso à escolaridade, a melhores ocupações e, finalmente, à renda do trabalho. Nesse artigo foram estimadas diversas regressões e a partir das regularidades encontradas foram sugeridos dois mecanismos explicativos para a desigualdade racial, que também estão presentes em outros trabalhos dos autores. O primeiro é a discriminação racial; diante de tantas evidências e controles, bem como de simulações usando o método de Oaxaca (SILVA, 1985), não há como negar que ela desempenha um importante papel na manutenção das desigualdades raciais, de renda, dentre outras. Ainda que todas as características observadas do grupo populacional sejam idênticas (região de moradia, idade, sexo, escolaridade e outras), a discriminação se evidencia porque pretos e pardos têm rendimentos sistematicamente inferiores a brancos.

O segundo é o mecanismo da acumulação de desvantagens, ou seja, o processo pelo qual pretos e pardos acumulam desvantagens ao longo de seus ciclos de vida que contribui para a na manutenção das desigualdades raciais. Na acumulação de (des)vantagens, certas posições

na estrutura social em determinado ponto no ciclo de vida são altamente associadas a certos tipos de (des)vantagens em períodos posteriores (CARVALHAES; CHOR, 2016). Como pretos e pardos têm maior probabilidade de nascerem em regiões menos economicamente desenvolvidas, em famílias com menor escolaridade e assim por diante, o estado de (des)vantagem observado para o grupo em determinado período deve ser interpretado como um processo histórico, interconectado e intergeracional, em que as condições do grupo em determinada época dependem necessariamente das condições anteriores.

Em 2003, Nelson do Valle Silva voltou a escrever sobre desigualdades de renda (HASENBALG; SILVA, 2003), analisando as tendências da desigualdade de renda entre indivíduos e entre grupos sociologicamente relevantes (grupos ocupacionais, raças e gêneros) e concluiu que houve aumento da desigualdade na década de 1980 e leve queda na de 1990. De certa forma, o texto antecipa achados sobre a queda das desigualdades, que ficariam mais evidentes em trabalhos publicados ao longo das décadas de 2000 e 2010. A queda identificada, no entanto, deve ser pensada com cautela, visto que os níveis de desigualdade ainda eram (e ainda são) extremamente elevados. As fortes disparidades entre grupos também indicam que as desigualdades de renda têm fundamentos estruturais e institucionais e são duráveis.

Esses trabalhos sobre pobreza e desigualdade de renda não só foram capazes de identificar diversas regularidades, como também levaram à formulação de alguns mecanismos causais que provavelmente contribuem para manter tal estado de coisas. São certamente excelentes exemplos da sociologia pensada como ciência das populações e um verdadeiro antídoto à tradição ensaísta e de “pensamento tipológico” ou “holístico” que ainda persiste na sociologia brasileira.

Seletividade marital e miscigenação

Já mencionamos o texto sobre seletividade marital de Valle Silva (1987), que mostra que a barreira ao casamento entre pretos e pardos é mais forte do que entre brancos e pardos. Esse estudo desempenha um papel importante na contribuição de Hasenbalg e Valle Silva para o entendimento das relações raciais no Brasil. Ao mostrarem que as barreiras ao casamento inter-racial não eram tão fortes e que havia muita miscigenação (HASENBALG; SILVA; BARCELOS, 1989), os autores sugerem que as relações de sociabilidade racial não são tão rígidas quanto as de estratificação social ou desigualdade em termos de educação, ocupação e renda.

Assim, eles antecipam uma ideia posteriormente formulada por Telles (2004) sobre a diferença entre relações verticais e horizontais nas relações raciais no Brasil, em que a desigualdade racial em termos econômicos e educacionais é extremamente rígida, em contraste à sociabilidade racial menos rígida em outras esferas, baseada talvez em diferenças de status, mas não de classe ou econômicas. Essa ideia é central na interpretação de Telles (2004), cujo livro foi premiado pela American Sociological Association, em 2006. Na verdade é uma tese que já estava presente nos trabalhos de Hasenbalg e Valle Silva, como podemos ver na seguinte passagem:

contrariamente ao que sabemos das distâncias socioeconômicas entre os grupos de cor, o grupo pardo ocupa uma posição realmente intermediária entre brancos e pretos. De fato, parece mesmo estar ligeiramente mais próximo do grupo branco do que do grupo preto. O padrão dicotômico observado nos estudos socioeconômicos, isto é, brancos claramente diferenciados de pardos e pretos, estes últimos ocupando posição muito próxima entre si, claramente não se reproduz nos padrões de distâncias sociais implícitas nos padrões de casamento inter-racial no Brasil. Estes resultados sugerem que as distâncias sociais no casamento não são de natureza

primariamente socioeconômica, seguindo talvez outras hierarquias como, por exemplo, hierarquias de status ou de prestígio (SILVA, 1987, p. 50).

Além dessa importante contribuição para a interpretação das relações raciais no Brasil, os estudos sobre seletividade marital, em termos dos níveis educacionais de maridos e esposas, indicam uma tendência de casamentos homogâmicos para pessoas com níveis educacionais mais altos, que poderia levar a uma concentração de recursos nas famílias mais ricas (SILVA, 1987).

Várias regularidades foram encontradas nesses trabalhos sobre seletividade marital, tema de grande importância por tratar da criação de novas famílias, que constituirão a estratificação social das próximas gerações. Falta, no entanto, definir os mecanismos que explicam essas regularidades, bem como análises que usem dados longitudinais e que nos ajudem a entender a dinâmica dos casamentos e das separações (tema este ainda pouco estudado no Brasil).

Estratificação educacional

O processo de estratificação educacional foi tratado em vários trabalhos de Hasenbalg e Silva (1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999). Esse tipo de análise visa estudar a desigualdade de oportunidades educacionais²⁰, ou seja, o efeito das características de origem de classes (entre outras) nas chances de progredir no sistema educacional. Para tanto são usados modelos logit condicionais que estimam as chances de transição ao longo do sistema educacional. Por exemplo, primeiro se estimam as chances de concluir o ensino elementar e depois, para aqueles que

concluíram, são estimadas as chances de entrar no ensino médio, e assim por diante. De fato, em diversos trabalhos Hasenbalg e Silva (1988, 1992, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) sugerem que o acesso à educação é uma das principais barreiras à mobilidade social de pardos e pretos.

Usando dados da PNAD de 1982, Hasenbalg e Silva (1992, 1999) mostram que pretos e pardos tinham resultados educacionais muito inferiores aos alcançados por brancos. Além disso, indicam que embora houvesse análises sobre desigualdades educacionais no Brasil, praticamente não havia estudos que focalizassem as questões raciais relacionadas. Nesses trabalhos, os autores mostram, pela primeira vez, que os brancos, em particular, tinham chances muito maiores do que pardos e pretos de entrar na escola, de completar a primeira série do ensino primário (atual fundamental), e de concluí-lo. Em um estudo posterior, os sociólogos Hasenbalg e Silva (HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) ampliaram seu modelo de transições educacionais usando diversas variáveis de controle relacionadas à situação socioeconômica das famílias de origem dos estudantes, que, mesmo assim, confirmaram as desigualdades raciais. Essas análises foram mais uma vez ampliadas por Silva (HASENBALG; SILVA, 2003), que chegou a outras duas conclusões importantes: (1) as vantagens de brancos aumentavam nas transições mais altas do sistema educacional; e (2) as desigualdades raciais diminuíram entre 1990 e 1999, principalmente porque houve uma enorme expansão do ensino fundamental naquele período. Esses resultados, ou regularidades, foram confirmados por todos os estudos posteriores sobre o tema (MARTELETO; CARVALHAES; BRITO, 2017; RIBEIRO,

20 Robert Mare (1980, 1981), colega de doutorado de Nelson do Valle Silva em Michigan, foi quem propôs inicialmente essa abordagem.

2009, 2011) e constituem evidência fundamental para entendermos as relações raciais brasileiras.

O passo seguinte no processo de estratificação social é a entrada no mercado de trabalho, ou a transição da escola para o trabalho. Carlos Hasenbalg (HASENBALG; SILVA, 2003) mostrou que os brasileiros começam a trabalhar muito cedo e com pouca escolaridade (situação essa que se modificou lentamente entre 1981 e 1999), além de fortes desigualdades em termos de classe de origem nessa transição.

Em suma, os trabalhos de Hasenbalg e Silva sobre desigualdade de resultados e oportunidades educacionais foram os primeiros na sociologia brasileira, mostrando importantes regularidades desconhecidas até então. Certamente esses estudos influenciaram todo o debate sobre desigualdades raciais no sistema educacional – que se iniciava naquela época e hoje está muito em voga –, e inclusive contribuíram para levar adiante as políticas de ação afirmativa, já implementadas na agenda nacional. Na época em que escreveram ainda não havia evidências e o debate era praticamente inexistente.

Mobilidade social

Na sociologia, os estudos de mobilidade social seguem duas correntes, ambas exploradas por Hasenbalg e Silva. A primeira analisa tabelas de mobilidade cruzando grupos ocupacionais de pais e de filhos adultos, além de distinguir taxas absolutas e relativas de mobilidade social. A segunda enfoca o processo de realização socioeconômica usando escalas que hierarquizam todas as ocupações em uma variável contínua. Assim, tanto as ocupações dos pais quanto as dos filhos são classificadas em duas variáveis, aplicadas em modelos de regressão linear para verificar o

grau de correlação existente – quanto maior for a associação, menor a mobilidade.

Usando dados da PNAD de 1973 e analisando as taxas relativas de mobilidade social entre coortes de idade, Silva e Roditi – trabalho também publicado como um dos capítulos de Hasenbalg e Silva (1988) – concluíram não haver mudança ao longo das coortes. O estudo também investigou o efeito mediador que a educação dos indivíduos desempenhava na associação entre classes de origem e destino, chegando à mesma conclusão. As taxas relativas de mobilidade são uma forma de analisar a desigualdade de oportunidades, descontando o efeito das mudanças estruturais ou marginais. É importante lembrar que, naquela época, Nelson do Valle Silva estava usando o que havia de mais sofisticado na área de estratificação social em termos metodológicos, ou seja, importantes artigos nessa área estavam sendo publicados justamente nesse período e chegavam a conclusões semelhantes para países como Estados Unidos, França, Inglaterra etc. O artigo em questão não analisou a desigualdade racial, mas posteriormente Silva (SILVA; PASTORE, 1999) usou os dados da PNAD de 1996 para investigar a desigualdade de oportunidades de mobilidade social entre brancos, pardos e pretos e sugeriu que havia importantes vieses de raça, ou seja, havia desigualdade de oportunidades em termos raciais.

Em dois outros artigos, Hasenbalg e Silva (1988; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999) analisaram os diferenciais em termos de raça nas taxas absolutas de mobilidade social, mostrando que brancos tinham muito mais mobilidade ascendente do que pretos e pardos. Diante dessas evidências, e também a partir de análises do processo de realização socioeconômica, sobre o efeito das características dos pais (ocupação e educação do pai) e do local de moradia (região do país e área – rural ou urbana) no status ocupacional e na renda dos filhos, Nelson do Valle Silva resumiu e

concluiu a visão de ambos os sociólogos na seguinte passagem:

Mostrou-se que ao longo de todo o ciclo de vida socioeconômico, negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos. Negros e mulatos estão sujeitos à discriminação no processo escolar, à discriminação no emprego, bem como à discriminação salarial. Essas desvantagens competitivas agem cumulativamente, explicando a maior parte das diferenças monetárias entre brancos e não brancos chegando a atingir mais de 50% dos rendimentos percebidos por brancos e não brancos (SILVA, 1981).

Assim, os autores negam veementemente tanto o fato de que a desigualdade racial seja fruto do passado escravista quanto a ideia de “democracia racial”. Essas conclusões, bem como diversas outras apresentadas anteriormente, só foram alcançadas porque os autores adotaram a perspectiva da sociologia como ciência das populações. Ou seja, primeiro identificaram evidências sobre as desigualdades entre brancos e não brancos ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e, em seguida, propuseram mecanismos causais para explicar os fatos que haviam estabelecido. Em particular, eles propõem dois tipos de mecanismos: discriminação racial e acumulação de desvantagens. Em suma, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva não só revolucionaram os estudos sobre as relações raciais, como também iniciaram a tradição da sociologia como ciência das populações no Brasil. Devemos muito a ambos e a seu pioneirismo.

Conclusão

O principal argumento ao longo deste artigo que, ao adotarem as abordagens da sociologia como ciência das populações e dos estudos de estratificação social, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva fizeram

contribuições importantes para explicar não só as relações raciais no Brasil, como também diversos temas relacionados à desigualdade social e a sua reprodução. Em vez de resumir os argumentos apresentados ao longo deste artigo, aproveitamos a conclusão para discutir a relação entre política e conhecimento nas pesquisas de Hasenbalg e Silva. Para tanto, é importante contextualizar os trabalhos desses autores no período em que começaram a colaborar de forma mais intensa, na década de 1980.

Naquela época era mais comum do que dizer que não havia discriminação e desigualdade racial no Brasil, mas apenas desigualdades econômicas e de classe. De fato, os trabalhos de Hasenbalg e Silva foram os primeiros a mostrar de forma contundente, e usando bancos de dados representativos da população brasileira como um todo, que havia forte desigualdade racial no Brasil se sobrepondo à de classe ou econômica. Aquele período também foi de grande inovação em outras áreas das ciências sociais e da história no Brasil. Em 1988, a abolição da escravidão completava 100 anos, e diversos cientistas sociais se voltavam para entender a situação dos negros na sociedade brasileira.

Como aluno de graduação em ciências sociais, vivenciei aquele momento através da pesquisa de iniciação científica realizada no Núcleo da Cor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). No Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Universidade Candido Mendes, também havia muitos estudos sendo desenvolvidos sob a coordenação de Carlos Hasenbalg, diretor do Centro, e também de Nelson do Valle Silva, que era um colaborador constante. Em várias outras instituições acadêmicas o tema das relações raciais era estudado e discutido. No ano de 1988 foi elaborado um curso (organizado por diversos professores da UFRJ,

UERJ, PUC-Rio, IUPERJ, entre outras instituições) sobre a literatura de relações raciais no Brasil, que incluía autores da história, antropologia e sociologia, ministrado em diversas instituições seguindo mais ou menos o mesmo programa.

Paralelamente, havia ONG como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) coordenando campanhas para que as pessoas declarassem no Censo e nas pesquisas do IBGE sua cor de forma fidedigna – o lema da campanha era: “não deixe sua cor passar em branco”. Houve inclusive um momento em que o IBGE colocou em dúvida a validade da questão racial em suas pesquisas e Carlos Hasenbalg, que era muito próximo ao movimento negro, espalhou a notícia de forma que os militantes se mobilizaram junto ao IBGE a favor da manutenção da questão sobre raça ou cor. Em suma, havia muita agitação política e acadêmica em torno da data que marcava os 100 anos da abolição da escravidão.

Foi nesse contexto altamente politizado que os trabalhos de Hasenbalg e Silva foram produzidos. Embora tivessem opiniões diferentes sobre política partidária, ambos concordavam que os excessos de desigualdades de condições e oportunidades deveriam ser entendidos para que pudessem ser combatidos. Não há dúvida de que essa abordagem e esse contexto são altamente políticos, ou seja, o conhecimento que buscavam era inspirado por preocupações políticas e morais, como aliás é muito comum nas ciências sociais. Isso não significa, no entanto, que as preocupações políticas e os valores dos pesquisadores impeçam uma avaliação objetiva das evidências encontradas. De fato, o que torna o trabalho sociológico objetivo

é o rigor nos métodos e na avaliação das evidências.

Os trabalhos de Hasenbalg e Silva são um bom exemplo desse rigor metodológico sendo aplicado a problemas sociológicos de interesse público. Ao investigarem a superação e a reprodução das desigualdades, em particular as raciais, ao longo das gerações e dos ciclos de vida dos brasileiros, os autores adotaram uma abordagem (sociologia das populações e da estratificação social) e um método quantitativo, com grandes bancos de dados representativos da população que permitiam uma enorme precisão na avaliação das evidências. Em outras palavras, seus valores e opiniões políticas não garantiam a validade da pesquisa, mas sim o cuidado metodológico e a abordagem da sociologia como ciência das populações adotados. Se as análises empíricas dos dados não tivessem revelado regularidades na desigualdade racial ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira, os autores não teriam como comprovar as hipóteses que defendiam.

Hoje em dia ouvimos nos corredores dos cursos de ciências sociais que o conhecimento é sempre político, o que parece uma obviedade por vezes afirmada com um tom de denúncia ou de partidário. Tudo se passa como se tivéssemos que afirmar nossos interesses políticos para validar nosso conhecimento e como se não fosse possível analisar objetivamente a realidade. Assim, muitos estudantes e profissionais passam a discussões intermináveis sobre as possibilidades do conhecimento, em vez de se dedicarem a análises rigorosas que procurem explicar e descrever as regularidades no mundo social.

Charles Tilly, em uma entrevista dada em 2007²¹, resume bem o imbróglio em que

21 Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TEFWsJlBP2o>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

se encontra o conhecimento nas ciências sociais: “Grande parte do debate hoje em dia na sociologia é sobre [...] divergências filosóficas. Ou seja, divergências sobre epistemologia e ontologia ao invés de serem sobre explicações. E eu não acho essa uma boa posição para se estar”²². Em outras palavras, Tilly argumenta que o debate incessante sobre as possibilidades de conhecimento nas ciências sociais, que inclui a relação entre política e conhecimento, não é frutífero. Deveríamos, ao contrário, focar na explicação das regularidades encontradas no mundo social. Os trabalhos de Hasenbalg e Silva visavam descrever e explicar as regularidades relacionadas às desigualdades, em particular as raciais, no Brasil. Essas descrições e explicações foram inspiradas por opiniões políticas, mas não contaminadas por elas. O conhecimento que produziram é válido porque eles avaliaram com rigor as evidências que foram capazes de encontrar.

Um outro aspecto importante a ser frisado nesta conclusão diz respeito à defesa da sociologia como ciência das populações realizada ao longo do artigo. Procuramos mostrar que os trabalhos de Hasenbalg e Silva se filiam a essa tradição sociológica, bem como que essa abordagem se caracteriza pelo reconhecimento da enorme variabilidade existente entre os indivíduos e as relações sociais que compõem a sociedade que estudamos. As regularidades

devem ser buscadas no nível populacional. A defesa dessa abordagem procurou mostrar a importância da metodologia estatística para a avaliação das evidências e para a descrição de regularidades. Essa defesa não implica negar outras metodologias; análises qualitativas, históricas e etnográficas de casos específicos são fundamentais e, em última instância, também levam em conta a variabilidade fundamental que caracteriza as unidades de análise (indivíduos, famílias, bairros, cidades etc.) do mundo social.

Hasenbalg e Silva também reconhecem em seus trabalhos, e nas colaborações com outros pesquisadores, sua importância para a pesquisa. Novamente ressaltamos o contexto em que os autores seu conhecimento, frutífero também para a antropologia, ciência política e história. Novas pesquisas nessas áreas também estavam sendo desenvolvidas e seus pesquisadores participavam dos debates em que Hasenbalg e Silva se inseriam. Foi um período de muita inovação não só para a ciência das populações, como também para outros campos do conhecimento nas ciências sociais, que também se voltavam para o estudo das relações raciais. Hasenbalg e Silva fizeram contribuições fundamentais e ajudaram a consolidar a sociologia quantitativa no Brasil. Devemos muito a nossos professores, e seguiremos ampliando esses caminhos que eles ajudaram a abrir.

Referências

- ABBOTT, A. What do cases do? Some notes on activity in sociological analysis. In: RAGIN, C. C.; BECKER, H. S. (Eds.). *What is a case?* Exploring the foundations of social inquiry. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992. p. 53-82.

22 No original: “Too much of the debate in sociology today is about [...] philosophical disagreement. That is, disagreement on epistemology and ontology rather than about explanation. And I don't think this is a good position to be in”.

- ALMOND, D.; CURRIE, J. Human capital development before age five. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). *Handbook of labor economics*. Amsterdam: Elsevier, 2011. v. 4B, p. 1315-1486.
- ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J.-S. *Mastering metrics: the path from cause to effect*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BACHINI, N.; CHICARINO, T. S. Os métodos quantitativos, por cientistas sociais brasileiros: entrevistas com Nelson do Valle Silva e Jerônimo Muniz. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 251-279, 2018.
- BARBOSA, R. J. *A educação e a desigualdade de renda do trabalho: um enfoque sociológico*. 2017. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BARBOSA, R. J. et al. Ciências sociais, censo e informação quantitativa no Brasil: entrevista com Elza Berquó e Nelson do Valle Silva. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 95, p. 143-155, 2013.
- BOHRNSTEDT, G. W. Measurement models for survey research. In: MARSDEN, P. V.; WRIGHT, J. D. (Eds.). *Handbook of survey research*. 2. ed. Bingley: Emerald, 2010. p. 347-404.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. On the cunning of imperialism. *Theory, Culture and Society*, Thousand Oaks, v. 16, n. 1, p. 41-58, 1999.
- BREEN, R.; GOLDTHORPE, J. H. Explaining educational differentials: towards a formal rational action theory. *Rationality and Society*, Thousand Oaks, v. 9, n. 3, p. 275-305, 1997.
- CANO, I. *Introdução à avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CARDOSO, A.; PRETECEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.
- CARVALHAES, F. A. O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.
- CARVALHAES, F.; CHOR, D. Posição socioeconômica, idade e condição de Saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 92, e319027, 2016.
- CHARLES Tilly interview: big questions. 10'26". *Daniel Leite*, YouTube, 18 dez. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2MoMozf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- CLOGG, C. The impact of sociological methodology on statistical methodology. *Statistical Science*, Beachwood, v. 7, n. 2, p. 183-196, 1992.
- COHEN, J.; DUPAS, P. Free distribution or cost-sharing? Evidence from a randomized malaria prevention experiment. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 125, n. 1, p. 1-45, 2010.

- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University, 1990.
- COLEMAN, J. S. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington, DC: U. S. Government Printing Office, 1966.
- DUNCAN, O. D. *Introduction to structural equation models*. New York: Academic Press, 1975.
- _____. *Notes on social measurement*. New York: Russell Age, 1984.
- _____. What if? *Contemporary Sociology*, Washington, DC, v. 21, n. 5, p. 667-668, 1992.
- ELSTER, J. *Nuts and bolts for the social sciences*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.
- GOLDTHORPE, J. H. On economic development and social mobility. *The British Journal of Sociology*, Hoboken, v. 36, n. 4, p. 549-573, 1985.
- _____. *Sociology as a population science*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016.
- GOODMAN, L. *The analysis of cross-classified data having ordered categories*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. Race, schooling and social mobility in Brazil. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 51, n. 5-6, p. 457-463, 1999.
- _____. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; BARCELOS, L. C. Notas sobre miscigenação racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 188-197, 1989.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- HAUSER, R. A life in sociology. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 43, p. 1-18, 2017.
- HEDSTRÖM, P. *Dissecting the social: on the principles of analytical sociology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.
- HEDSTRÖM, P.; BEARMAN, P. *The Oxford handbook on analytical sociology*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

- HEDSTRÖM, P.; SWEDBERG, R. *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge, UK. Cambridge University Press, 1998.
- HOLLAND, P. Statistics and causal inference. *Journal of the American Statistical Association*, Abingdon, v. 81, n. 396, p. 945-960, 1986.
- KISH, L. *Survey sampling*. New York: Wiley, 1965.
- LIEBERSON, S. Einstein, Renoir, and Greeley: some thoughts about evidence in sociology: 1991 presidential address. *American Sociological Review*, Washington, DC, v. 57, n. 1, p. 1-15, 1992.
- LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O.; BAILEY, S. R. Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. *Ethnic and Racial Studies*, Abingdon, v. 35, n. 8, p. 1466-1483, 2012.
- MARE, R. D. Social background and school continuation decisions. *Journal of the American Statistical Association*, Abingdon, v. 75, n. 370, p. 295-305, 1980. *American Statistical Association* 75:295-305, 1980.
- _____. Change and stability in educational stratification. *American Sociological Review*, Washington, DC, v. 46, n. 1, p. 72-87, 1981.
- MAYHEW, R. J. *Malthus: the life and legacy of an untimely prophet*. Cambridge, MA, Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- MAYR, E. *What evolution is?* London: Phoenix, 2001.
- MERTON, R. Three fragments from a sociologist's notebook: establishing the phenomenon, specified ignorance and strategic research materials. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 13, p. 1-29, 1987.
- MORGAN, S.; WINSHIP, C. *Counterfactuals and causal inference: methods and principles for social research*. Cambridge, UK. Cambridge University Press, 2007.
- MUNIZ, J. O. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010.
- _____. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012.
- NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979.
- PLATT, J. *A history of sociological research methods in America, 1920-1960*. Cambridge, UK. Cambridge University Press, 1996.

- RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. *Hierarchical linear models: applications and data analysis methods*. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- REIS, N. I. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- RIBEIRO, C. A. C. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- _____. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. Contínuo racial, mobilidade social e “embranchamento”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, e329503, 2017.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.
- ROSENBAUM, P. Sensitivity analysis for certain permutation inferences in matched observational studies. *Biometrika*, Oxford, v. 74, n. 1, p. 13-26, 1987.
- _____. *Observational studies*. New York: Springer-Verlag, 2002.
- SANTOS, J. A. F. *Estrutura de posição de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SHELLING, T. C. *Micromotives and macrobehavior*. New York: Norton, 1978.
- SCHWARTZMAN, L. F. Does money whiten? Intergenerational changes in racial classification in Brazil. *American Sociological Review*, Washington, DC v. 72, n. 6, p. 940-963, 2007.
- SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.
- SILVA, N. V. Updating the cost of not being white in Brazil. In: FONTAINE, P.-M. (Ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, 1985. p. 42-55.
- _____. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 54-84, 1987.
- _____. Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil. [S.l.], 1992. Mimeografado.

- _____. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 79-96, 1994.
- _____. Morenidade: modo de usar. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 79-96, 1996.
- _____. Brazilian society: continuity and change 1930-2000. In: BETHELL, L. (Ed.). *Cambridge history of Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2008. v. 9, p. 290-360.
- SILVA, N. V.; PASTORE, J. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Markon, 1999.
- SOUZA, J. *Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- STINCHCOMBE, A. *The logic of social research*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- TELLES, E. US foundations and racial reasoning in Brazil. *Theory, Culture and Society*, Thousand Oaks, v. 20, n. 2, p. 31-47, 2003.
- _____. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton: Princeton University Press, 2004.
- _____. Ed. *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. C. Parental wealth and children’s outcomes over the life-course in Brazil: a propensity score matching analysis. *Research in Social Stratification and Mobility*, Amsterdam, v. 30, n. 1, p. 79-96, 2012.
- TREIMAN, D. Industrialization and social stratification. *Sociological Inquiry*, Hoboken, v. 40, n. 2, p. 207-234, 1970.
- _____. Otis Dudley Duncan’s legacy: the demographic approach to quantitative reasoning in social science. *Research in Social Stratification and Mobility*, Amsterdam, v. 25, n. 2, p. 141-156, 2007.

Resumo

Sociologia como ciência das populações: contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva no Brasil

Neste artigo é realizado um balanço da obra dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, mostrando como as inovações que trouxeram para o estudo das relações raciais e da desigualdade social no Brasil foram alcançadas ao partirem de uma perspectiva sociológica que privilegia o estudo das populações e da estratificação social. Nesse sentido, são apresentadas as principais características da sociologia pensada como uma ciência das populações. Essa abordagem, que ganha cada vez mais adeptos em todo o mundo, faz uso de análises estatísticas de grandes bancos de dados para descrever e explicar tendências gerais em nível populacional, ao mesmo tempo em que reconhece a singularidade de cada unidade de análise (indivíduos, família, país, ou qualquer outra unidade). Os trabalhos de Hasenbalg e Silva adotaram essa perspectiva e se voltaram para temas fundamentais dos estudos de estratificação e mobilidade social. Assim, suas pesquisas não só inovaram o estudo das relações raciais no Brasil, como também foram precursoras da sociologia como ciência das populações e dos estudos de estratificação social no Brasil.

Palavras-chave: Metodologia Quantitativa; Populações; Sociologia Brasileira; Estratificação Social; Epistemologia das Ciências Sociais.

Abstract

Sociology as a Science of populations: contributions of Carlos Hasenbalg and Nelson do Valle Silva in Brazil

The article presents the work of sociologists Carlos Hasenbalg and Nelson do Valle Silva, showing how the innovations they brought to the study of racial relations and social inequality in Brazil were achieved, as both started from a sociological perspective that privileges the study of populations and social stratification. Therefore, the main characteristics of Sociology are presented, thought as a science of populations. This approach, which has gained more and more followers around the world, uses statistical analysis from large databases to describe and explain general trends in the population level, while recognizing the uniqueness of each unit of analysis (individuals, family, country, or any other unit). The works of Hasenbalg and Silva adopted this perspective and employed it in fundamental topics of studies of social stratification and mobility. Thus, Hasenbalg's and Silva's researches not only innovated the study of racial relations in Brazil, but also pioneered Sociology as a science of populations and studies of social stratification in Brazil.

Keywords: Quantitative Methodology; Populations; Brazilian Sociology; Social Stratification; Social Sciences Epistemology.

Résumé

La Sociologie comme science des populations : contributions de Carlos Hasenbalg et Nelson do Vale Silva au Brésil

Cet article présente le travail des sociologues Carlos Hasenbalg et Nelson do Valle Silva et montre comment leurs innovations apportées à l'étude des relations raciales et de l'inégalité sociale au Brésil ont été réalisées, car ils partaient d'une perspective sociologique que privilégie l'étude des populations et de stratification sociale. Par conséquent, les principales caractéristiques de la sociologie sont présentées, pensées en tant que science des populations. Cette approche, qui a gagné des plus en plus d'adeptes à travers le monde, utilise l'analyse statistique de grandes bases de données pour décrire et expliquer les tendances générales au niveau de la population, tout en reconnaissant le caractère unique de chaque unité d'analyse (individu, famille, pays, ou autres unités). Les travaux de Hasenbalg et Silva ont adopté cette perspective et l'ont utilisé dans des sujets fondamentaux d'études de la stratification et mobilité sociales. Ainsi, les recherches de Hasenbalg et Silva ont non seulement innové l'étude des relations raciales au Brésil, mais elles ont également été pionnières de la Sociologie en tant que science des populations et des études de stratification sociale au Brésil.

Mots-clés: Méthodologies Quantitatifs ; Populations ; Sociologie Brésilienne ; Stratification Sociale ; Epistémologie des Sciences Sociales.